



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

PARECER JURÍDICO 093/2023

PROCESSO LICITATÓRIO 047/2023 – PREGÃO ELETRÔNICO 023/2023

INTERESSADO: Departamento de Licitações

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N. °
023/2023

IMPUGNANTE: UNIÃO NUTRICIONAL EPP; ASTRA MEDICAL SUPPLY
PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA;

1. RELATÓRIO

Trata-se de processo licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando o registro de preço para eventual aquisição de suplemento alimentar e dieta enteral para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento de pacientes, conforme especificações constantes no edital e seus anexos.

2. DA TEMPESTIVIDADE

As empresas União Nutricional EPP; e Astra Medical Supply Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. apresentaram, respectivamente



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

impugnação ao Edital nas datas de 15/03/2023 e 20/03/2023, ou seja, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das propostas, a qual está agendada para o dia 24/03/2023, atendendo todos os requisitos conforme item 4.1 do edital, portanto tempestivo o pleito.

3. SÍNTESE DAS ALEGAÇÕES DAS RECORRENTES

A empresa União Nutricional EPP impugnou o Pregão Eletrônico nº 013/2023, solicitando, em síntese, pela readequação do edital, pleiteando pela modificação da descrição do item 21, do lote 3, do referido edital, o qual dita:

“Nutrição completa e balanceada em pó, diluída em água, via oral e/ou enteral. Normocalórica (1.0kcal/ml), normoproteica, sendo a maior parte proveniente de origem animal. Lipídeos até 30%. Com no mínimo 80% de proteína animal de alta qualidade (caseinato e/ou proteína do soro do leite). Indicado para crianças a partir de 10 anos, adultos e idosos seletivos e/ou inapetentes. Isento de Lactose e glúten. Sabores variados. Embalagem:400g. Marca de referência: Nutren 1.0 ou de qualidade igual ou superior”.

A empresa impugnante alega que a referida descrição direciona ao produto Nutren 1.0 por não existe outra marca que forneça este tipo de produto com as especificações descritas no edital.



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

Já a empresa Astra Medical Supply Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. pleiteia pela readequação do edital, solicitando alteração dos itens 1 e 2, abaixo elencados, sob as alegações que o descritivo ali presente restringiria a participação de empresas interessadas, pois apresentaria direcionamento à duas marcas de mercado.

“Fórmula infantil de aminoácidos elementar e não alergênica. Indicada para alergia à proteína do leite de vaca, à soja, a múltiplos elementos e a hidrolisados proteicos, síndrome do intestino curto, transição de nutrição parenteral para enteral, distúrbios absorptivos moderados a graves, alergia alimentar com estado nutricional comprometido. Uso via oral e/ou enteral para lactentes e crianças de primeira infância. Na apresentação padrão na forma de pó. Formula à base 100% de aminoácidos livres; (isenta de proteína láctea ou de origem vegetal). Carboidratos: sendo xarope de glicose e/ou xarope de glicose, amido e maltodextrina. Óleos vegetais (exceto óleo de soja), com TCM, DHA e ARA. Isenta de sacarose, soja, lactose e glúten. Embalagem: 400g. Marca de referência Alfamino, Neocate LCP ou de qualidade igual ou superior”.

Ao final, as empresas requereram a republicação do edital com as devidas alterações.

4. FUNDAMENTAÇÃO

4.1. Da manutenção do instrumento convocatório em sua integralidade

As empresas impugnantes União Nutricional EPP e Astra Medical Supply Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. pleiteiam pela alteração de diversos itens do referido edital. Contudo, sem razões.



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

Em que pese a vedação de indicação de marca em processos licitatórios, ressaltamos que o entendimento doutrinário e jurisprudencial caminha em sentido contrário a tal vedação.

Em muitas vezes a marca é apontada por uma questão de objetividade, tendo em vista que o mercado oferece uma quantidade inestimável de dietas enterais. No presente caso, a indicação de marca se faz para nivelar a qualidade do produto desejado.

In casu, a indicação de marca não tem intenção de limitar a competitividade, ou ferir a isonomia. Trata-se de uma alternativa da Administração para selecionar um objeto que atenda de modo correto às suas necessidades. Partindo dessa premissa, Marçal Justen Filho assim analisa o tema:

“Não é necessário reiterar a ausência de confusão entre os conceitos de padronização e preferência por marca. **A padronização pode resultar na seleção de um produto identificável por meio de uma marca.** Logo, o resultado será a escolha pela Administração de uma “marca” determinada, a qual será utilizada posteriormente para identificar os objetos que serão contratados. Isso não se traduz em qualquer tipo de atuação reprovável, não infringe à Constituição nem viola a Lei nº 8.666. O que se veda é a preferência subjetiva e arbitrária por um produto, fundada exclusivamente na marca. **Não há infringência quando se elege um produto (serviço etc.) em virtude de qualidades específicas, utilizando-se sua marca apenas como instrumento de identificação. No caso, não há preferência pela marca, mas pelo objeto.** A marca é, tão-somente, o meio pelo qual se individualiza o objeto que se escolheu (JUSTEN FILHO, 2011, p. 186/187).(negritamos)



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

De outro lado, cumpre destacar que é pacificado na Corte de Contas da união a possibilidade de indicação de marca no edital de licitação, desde que devidamente fundamentado por justificativa técnica, vejamos:

“Esta Corte de Contas, em diversos julgados, tem se manifestado **pela possibilidade excepcional de indicação de marca em licitações, desde que fundadas em razões de ordem técnica ou econômica, devidamente justificadas pelo gestor, hipóteses nas quais não há ofensa ao princípio da isonomia, nem tampouco restrições ao caráter competitivo do certame**” (Decisão n. 664/2001 - Plenário; Acórdão n. 1.010/2005 - Plenário e Acórdão n. 1.685/2004 - 2ª Câmara). (TCU, Acórdão 1.122/2010, Primeira Câmara, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, DOU 12/03/2010).(negritamos)

É o que ocorre no caso em tela, conforme infere-se dos ofícios 01/2023 e 02/2023 expedidos pela r. Nutricionista do Município Deisy L. S. Ferracine, CRN 812500, em anexo, os quais evidenciam que os itens 1,2 e 21, do referido edital são destinados à pacientes com graves reações alérgicas a outros produtos, bem como são alvos de constantes requerimentos judiciais, tornando impossível sua substituição.

Ademais, os descritivos dos produtos apresentados pelas empresas impugnantes possuem componentes diferentes daqueles requeridos pelo edital. Os quais podem levar à uma reação negativa por parte dos pacientes.



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

Outrossim, conforme elencado pela r. Nutricionista, no caso da empresa Astra Medical Suplly, o produto por ela apresentado não é comercializado de forma comum em supermercados e/ou drogarias, dificultando a compra pela família que o utilizará em eventual intercorrência no fornecimento.

Portanto, conforme o exposto, indefere-se o pleito das Empresas Impugnantes União Nutricional EPP e Astra Medical Supply Produtos Médicos e Hospitalares Ltda. devendo o edital ser mantido em sua integralidade.

5. CONCLUSÃO

É necessário esclarecer que “o parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões”. No entanto, recomenda-se que a Administração, vinculada ao Princípio Constitucional da Legalidade, fiscalize sempre seus Prestadores de Serviços, no intuito de mantê-los em constante situação de regularidade.

Opinamos, então, abstraindo-se dos detalhes técnicos alheios a sua área de atuação, pelo Concluimos, então, abstraindo-se dos



Prefeitura do Município de Bocaiúva do Sul Procuradoria Geral

detalhes técnicos alheios a sua área de atuação, pelo **INDEFERIMENTO** da impugnação, pelas razões e fundamentos acima expostos.

Este é o parecer, salvo melhor entendimento da autoridade superior.

Encaminhe-se ainda para apreciação do Excelentíssimo Prefeito Municipal.

Bocaiúva do Sul, 22 de março 2023.

JONAS OLIVEIRA DE ASSIS

OAB/PR 104.123

Assessor Jurídico Municipal